

A
A.

===== ACTA N.º 8/2025 =====

----- **ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA NO DIA VINTE E NOVE DE DEZEMBRO DO ANO DE 2025:** -----

----- Aos 29 dias do mês de novembro do ano de 2025, realizou-se no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, desta Vila de Golegã, a Sessão Ordinária da Assembleia Municipal com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

----- **1 - Apreciação da Atividade Municipal;** -----

----- **2 - Situação Económica do 1.º Semestre de 2025 - Conhecimento;** -----

----- **3 - Conclusão da Consulta Pública da Proposta do PAPERSU 2030 - Conhecimento;** --

----- **4 - Proposta de Taxa de Imposto sobre Imóveis (IMI) a aplicar em 2026 - Deliberação;**

----- **5 - Proposta de Taxa de Derrama a aplicar em 2026 - Deliberação;** -----

----- **6 - Proposta de Taxa de Participação no Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS) a aplicar em 2026 - Deliberação;** -----

----- **7 - Proposta de Taxa Municipal de Direitos Passagem a aplicar em 2026 – Deliberação;**

----- **8 - Proposta de Valor de Redução do Imposto sobre Imóveis (IMI) Referente aos Agregados Familiares com Habitação Própria e Permanente a aplicar em 2026 - Deliberação;** -----

----- **9 - Relatório de Observância do Direito de Oposição – Conhecimento;** -----

----- **10 - Grandes Opções do Plano e Orçamento para o Ano 2026 – Deliberação;** -----

----- **11 - Proposta de Autorização Prévia no Âmbito da Lei dos Compromissos para o Ano de 2026 – Deliberação;** -----

----- **12 - Mapa de Pessoal do Município da Golegã para o Ano de 2026 – Deliberação;** -----

----- **13 - 2ª Alteração Modificativa às Grandes Opções do Plano e Orçamento para o Ano de 2025 – Deliberação;** -----

----- **14 - Empresa Intermunicipal Transportes Lezíria do Tejo EIM, S.A. – Cumprimento da obrigação de equilíbrio de contas prevista na Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto – Deliberação;** -----

----- Estiveram presentes todos os membros da Assembleia Municipal, à exceção do membro



Senhora D. Maria Helena Silva Marques e do membro Carlos Manuel Santana Martins, Presidente da Junta de Freguesia da Golegã. -----

----- De harmonia com o estipulado nos artigos 78º e 79º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, conjugados com o artigo 18º, do Regimento da Assembleia Municipal, o membro Senhora D. Maria Helena Silva Marques requereu a sua substituição, por ausência inferior a 30 dias, sendo a mesma substituída, na presente Sessão, pela Senhora D. Ana Lúcia Leal Braz. -----

----- O membro Senhor Carlos Manuel Santana Martins, Presidente de Junta de Freguesia da Golegã, antecipadamente, informou que se faria representar, na Sessão Extraordinária de hoje, pelo seu substituto legal, Alan Pereira. -----

----- Igualmente esteve presente o Senhor António Carlos da Costa Camilo, Excelentíssimo Presidente da Câmara Municipal, bem como o Senhor Dr. Diogo Miguel Alcaçarenho Rosa, Vice-Presidente da Câmara Municipal e os Vereadores Senhores Dr.^a Cláudia Sofia Carvalho Valadares, Dr.^a Ana Isabel Madeira Mota Sampaio Caixinha Duque e Dr.º Luís Filipe Poço Godinho. -----

----- Quando eram 18 horas e 5 minutos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, após cumprimentar todos os presentes, declarou aberta a Sessão: -----

----- De seguida o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, prestou diversas informações, nomeadamente, que os membros Senhores Maria Helena Silva Marques e Carlos Manuel Santana Martins requereram a sua substituição, por ausência inferior a 30 dias, sendo os mesmos substituídos, na presente Sessão, pelos Senhores Ana Lúcia Leal Braz e Alan Pereira, respetivamente. -----

----- Por último deu conhecimento que, da correspondência recebida, não havia nada de relevante a assinalar, no entanto, informou que, a mesma, se encontra à disposição dos membros que a quiserem consultar. -----

----- De seguida, entrou-se no Período de Antes da Ordem do Dia, tendo o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, perguntado se havia algum membro da Assembleia que quisesse apresentar Propostas, Moções, Votos de Louvor, de Pesar, etc. -----

----- O membro Senhor Rui Manuel Simões Correia Neves, Presidente da Junta de Freguesia de Azinhaga, pediu a palavra, para questionar o Executivo Municipal sobre algumas situações que considera relevantes tais como:-----

----- Que a Junta de Freguesia de Azinhaga, tinha feito chegar à Câmara Municipal, uma lista de

várias intervenções na freguesia, umas menos urgentes que outras, sendo que a que mais o preocuparia seria a do Jardim Principal da Azinhaga, que se encontrava praticamente às escuras, uma vez que as lâmpadas se encontravam fundidas. -----

----- Referiu ainda que no âmbito do acordo entre a Junta de Freguesia de Azinhaga e o Município da Golegã, a varredoura do Município estaria à disposição da Junta de Freguesia uma vez por mês, sendo que existem meses em que não existe essa necessidade. No entanto com as semanas de chuva que se fizeram sentir, foi pedido ao Município, e ainda os sete funcionários que o Município se comprometeu de disponibilizar á Junta de Freguesia, apenas se encontram 4, sendo que um está a recibos verdes, e no mês de dezembro três deles se encontraram a gozar férias, encontrando-se apenas uma a trabalhar.-----

----- De seguida, o Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, usou da palavra, para tecer comentário relativamente ao horário, das sessões da Assembleia Municipal, e por ser Inverno que concordava que as mesmas se realizassem entre as 18:30h e as 19h.-----

----- Ainda no uso da palavra, esclareceu que os funcionários têm obrigatoriamente que gozar as férias uma vez que o Municípios não as pode pagar, motivo pelo qual no final do ano se encontram mais funcionários no gozo de férias. Esclareceu ainda que toda a correspondência recebida no Município é respondida. Em relação às lâmpadas que o assunto teria sido reencaminhado para o serviço competente, e sobre a varredora reforçou que a varredora que o município tem, é insuficiente para as necessidades do Concelho, pelo que o município terá sempre de recorrer ao aluguer externo, e que terá em conta as necessidades das freguesias. -----

----- O membro Senhor Rui Manuel Simões Correia Neves, Presidente da Junta de Freguesia de Azinhaga, pediu novamente a palavra, para apenas esclarecer que quando referiu resposta, não seria no papel, mas sim dar resolução aos mesmos. -----

----- De seguida, o Exmo. Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, usou da palavra, para complementar os esclarecimentos prestados pelo Senhor Presidente em relação à varredoura, e reforçar que a mesma é muito antiga, e que tem sistematicamente vários problemas, não se encontrando por isso reunidas as melhores condições operacionais. Que o município procedeu ao aluguer de uma varredora de longa duração, mas que a mesma foi entregue sem matrícula, e que por acordo entre a Câmara e a Guarda Nacional Republicana, foi autorizada a circular no período da Feira Nacional do Cavalo excecionalmente, e que a matrícula apenas foi entregue pelo Instituto



da Mobilidade e Transporte na semana transata, pelo que é expectável que durante o mês de janeiro, a mesma já percorra todas as freguesias. -----

----- Não havendo mais ninguém a querer intervir, neste período de Antes da Ordem do Dia, passou-se de imediato ao Primeiro Ponto da Ordem de Trabalhos que constava do seguinte: -----

----- **1 - Apreciação da Atividade Municipal;** -----

----- Foi presente o documento elaborado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal que consta de um relatório das atividades desenvolvidas pelo Executivo Municipal, no período compreendido entre 23 de outubro e 29 de dezembro de dois mil e vinte e cinco, conforme se dá por, integralmente reproduzido no documento 1. -----

----- De seguida, a membro Senhora Maria Augusta da Silva Queimado usou da palavra para, em nome da Bancada do Partido Socialista, solicitar esclarecimentos com a atribuição dos Pelouros, em particular à Feira Nacional do Cavalo, uma vez que é do conhecimento público que o Presidente da Câmara Municipal é, por inerência, Presidente da Direção da Associação Feira Nacional do Cavalo, em que enquadramento o Senhor Vice-Presidente intervém publicamente e politicamente sobre esta matéria, uma vez que a responsabilidade formal e política do Pelouro, é em ultima instância, do Senhor Presidente da Câmara. -----

----- O Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, usou de seguida da palavra para relativamente à questão colocada, esclarecer que por conta da acumulação de funções, enquanto Presidente da Câmara Municipal e Presidente da Direção da Feira Nacional do Cavalo, não pode exercer o seu direito de voto, no que diz respeito aos pedidos de apoio feitos pela Feira Nacional do Cavalo, pelo que acharam por bem que fosse o Senhor Vice-Presidente, embora seja sempre o Presidente da Câmara que assuma as responsabilidades, quer a nível institucional ou político. ----

----- Ainda no uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, clarificou que, embora estejam atribuídos a cada vereador em permanência pelouros específicos, todos têm intervenção em todos os pelouros. -----

----- De seguida, o Exmo. Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, usou da palavra, para complementar os esclarecimentos prestados pelo Senhor Presidente, nomeadamente na sua intervenção na Feira Nacional do Cavalo, que se deve ao facto de lhe estar atribuído o pelouro das Feiras e Mercados, sendo a Feira Nacional do Cavalo, a única, faria todo o sentido. -----

----- Ainda no uso da palavra, o Senhor Vice-Presidente, esclareceu que embora não fizesse parte da Direção da Associação Feira Nacional do Cavalo, esta direção lhe endereçava convite para estar presente nas reuniões. -----

----- Não havendo mais ninguém a querer intervir, passou-se de imediato ao Segundo Ponto da Ordem de Trabalhos constava do seguinte: -----

----- **2 – Situação Económica do 1º Semestre de 2025 - *Conhecimento***; -----

----- Foi presente cópia da minuta da Ata da Reunião Ordinária do Executivo Municipal, realizada no dia 21 de novembro de 2025, que se dá por integralmente reproduzida no documento nº 2. -----

----- Igualmente foi presente cópia da informação registada sob o número 14737, datada de 4 de novembro de 2025, que se dá por integralmente reproduzida no documento nº 3. -----

----- Não havendo ninguém a quer intervir, passou-se de imediato ao Terceiro Ponto da Ordem de Trabalhos constava do seguinte: -----

----- **3 – Conclusão da Consulta Pública da Proposta do PAPERSU 2030 – *Conhecimento***; --

----- Foi presente cópia da minuta da Ata da Reunião Ordinária do Executivo Municipal, realizada no dia 21 de novembro de 2025, que se dá por integralmente reproduzida no documento nº 4. ----

---- Igualmente foi presente cópia da informação nº 13348, datada de 03 de outubro de 2025, que se dão por integralmente reproduzidos no documento nº 5. -----

----- Não havendo ninguém a quer intervir, passou-se de imediato ao Quarto Ponto da Ordem de Trabalhos constava do seguinte: -----

----- **4 – Proposta de taxa de imposto sobre (IMI) a aplicar em 2026 – *Deliberação***; -----

----- Foi presente cópia da minuta da Ata da Reunião Ordinária do Executivo Municipal, realizada no dia 12 de dezembro de 2025, que se dá por integralmente reproduzida no documento nº 6. ----

----- Igualmente foi presente cópia da informação nº 16224, datada de 09 de dezembro de 2025, que se dão por integralmente reproduzidos no documento nº 7. -----



----- O membro Senhor José Ricardo Batista Figueiredo, pediu a palavra, para deixar duas considerações sobre este ponto, que fosse efetivamente aplicada a taxa de majoração, até 30% sobre os imóveis urbanos degradados, realçando esta importância, uma vez que esta medida durante vários anos não teve uma ação efetiva do Município. -----

----- De seguida, o Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, usou da palavra, começando por agradecer as palavras do Senhor membro, e esclarecer que o município se encontra a fazer um levantamento dos imóveis devolutos, e que prevê no primeiro semestre aplicar a medida. -----

----- Ainda no uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, esclareceu que o ponto propõe a Taxa de Imposto sobre Imóveis 0,33%, no entanto com a perspectiva de uma redução gradual deste imposto, até atingir a taxa mínima de ,030%. -----

----- Usou de novo da palavra o membro José Ricardo Batista Figueiredo para questionar se existia algum levantamento das casas devolutas e para sugerir que, caso não existisse, o município poderia começar pelos contadores de água e pelas respetivas contagens, que poderiam ser indicadores da ocupação das casas ou da sua desocupação. -----

----- Não havendo mais ninguém a quer intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o Ponto 4 da Ordem de Trabalhos – **4 – Proposta de taxa de imposto sobre Imóveis (IMI) a aplicar em 2026**, à votação. -----

----- Aprovado, **por unanimidade**, aplicar, no ano de 2026, a taxa de IMI sobre prédios urbanos devolutos, em ruínas e degradados, bem como isentar do pagamento da Taxa de IMI os elementos do Corpo de Bombeiros da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntário da Golegã com habitação própria e permanente no Concelho da Golegã e as Associações do Concelho da Golegã que têm sede própria. -----

----- **5. – Proposta de Taxa de Derrama a aplicar em 2026 - Deliberação;** -----

----- Foi presente cópia da minuta da Ata da Reunião Extraordinária do Executivo Municipal, realizada no dia 29 de dezembro de 2025, que se dá por integralmente reproduzida no documento nº 8. -----

----- Igualmente foi presente cópia da informação nº 16192, datada de 05 de dezembro de 2025, que se dão por integralmente reproduzidos no documento nº 9. -----

-----Não havendo ninguém a quer intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o Ponto 5 da Ordem de Trabalhos – **5 - Proposta de Taxa de Derrama a aplicar em 2026**, à votação. -----

----- Aprovado, **por unanimidade**. -----

----- O Sexto Ponto da Ordem de Trabalhos constava do seguinte: -----

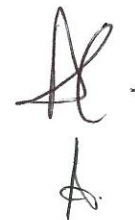
----- **6. – PROPOSTA DE TAXA DE PARTICIPAÇÃO NO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DE PESSOAS SINGULARES (IRS) A APLICAR EM 2026 - Deliberação;**

----- Foi presente cópia da minuta da Ata da Reunião Extraordinária do Executivo Municipal, realizada no dia 29 de dezembro de 2025, que se dá por integralmente reproduzida no documento nº 10. -----

----- Igualmente foi presente cópia da informação nº 16224, datada de 09 de dezembro de 2025, que se dão por integralmente reproduzidos no documento nº 11. -----

----- O membro Senhor José Maria de Saldanha Veiga Maltez, pediu a palavra, para deixar algumas considerações sobre este ponto, nomeadamente em manifestar a preocupação do Partido Socialista da Golegã na decisão do município em manter a taxa de participação variável do IRS no seu limite máximo de 5%, admitindo a limitação da autonomia fiscal do município, ainda assim esta medida tem um impacto direto, imediato e efetivo no rendimento disponível das famílias, e nesse sentido é uma opção política, aliviar a carga fiscal dos munícipes ou manter a receita municipal à custa das famílias. Acrescentou ainda que nos termos do artigo 26 da Lei nº 73/2013, os municípios têm direito a uma participação variável até 100%, no entanto não impõe a aplicação do valor máximo. -----

----- Ainda no uso da palavra, o membro José Maria de Saldanha Veiga Maltez, reforçou ainda que num contexto marcado pelo aumento do custo de vida das famílias, pela perda de poder de compra, o Partido Socialista entende que este devia ser o momento de iniciar de forma gradual e



responsável uma redução da participação variável no IRS, sinalizando assim o compromisso claro no apoio às pessoas que vivem e trabalham no concelho, refletindo de forma direta nos rendimentos dos munícipes, contribuindo também para a atratividade do concelho e para a fixação da população, reiterando ainda a disponibilidade do Partido Socialista em contribuir para soluções que promovam uma política fiscal municipal mais justa. -----

----- De seguida, o Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, usou da palavra, começando por questionar o membro da bancada parlamentar do Partido Socialista, se tinha acompanhado a campanha eleitoral, uma vez que era candidato a Presidente da Assembleia Municipal, e esclarecer que esta situação se mantém á décadas e que o Movimento 2025 Por Todos sugeriu em campanha eleitoral a sua redução gradual, no entanto esta redução não pode comprometer a capacidade orçamental do município, e por isso consideraram que este ano não se encontravam reunidas as condições para o fazer, esclarecer ainda que quando referem numa redução graduar seria baixar pelo menos até aos 10%, mas que este ano era completamente impossível. -----

----- Não havendo ninguém a quer intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, submeteu o Ponto 6 da Ordem de Trabalhos – **PROPOSTA DE TAXA DE PARTICIPAÇÃO NO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DE PESSOAS SINGULARES (IRS) A APLICAR EM 2026**, à votação. -----

----- Aprovado, **por unanimidade**, fixar a Taxa vaiável de participação no imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS) em 5%, durante o ano de 2026. -----

----- De seguida passou-se ao Sétimo Ponto da Ordem de Trabalhos que constava do seguinte: -

----- **7. – PROPOSTA DE TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS PASSAGEM A APLICAR EM 2026 - Deliberação;** -----

----- Foi presente cópia da minuta da Ata da Reunião Extraordinária do Executivo Municipal, realizada no dia 12 de dezembro de 2025, que se dá por integralmente reproduzida no documento nº 12. -----

----- Igualmente foi presente cópia do registo nº 16203, datada de 5 de dezembro de 2025, que se dá por integralmente reproduzida no documento nº 13. -----

----- Não havendo ninguém a quer intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o Ponto 7 da Ordem de Trabalhos – **PROPOSTA DE TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS PASSAGEM A APLICAR EM 2026**, à votação. -----

----- Aprovado, **por unanimidade**, fixar a Taxa Municipal pelo Direito de Passagem (TMDP) em 0,25%, durante o ano de 2026. -----

----- De seguida passou-se ao Oitavo Ponto da Ordem de Trabalhos que constava do seguinte: ---

----- **8. – PROPSTA DE VALOR DE REDUÇÃO DO IMPOSTO SOBRE IMÓVEIS (IMI) REFERENTE AOS AGREGADOS FAMILIARES COM HABITAÇÃO PRÓPRIA PERMANENTE A APLICAR EM 2026 - Deliberação;** -----

----- Foi presente cópia da minuta da Ata da Reunião Extraordinária do Executivo Municipal, realizada no dia 12 de dezembro de 2025, que se dá por integralmente reproduzida no documento nº 14. -----

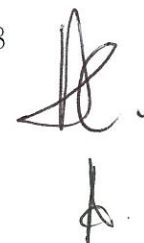
----- Igualmente foi presente cópia do registo nº 16202, datada de 5 de dezembro de 2025, que se dá por integralmente reproduzida no documento nº 15. -----

----- Não havendo ninguém a querer intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o Ponto 8 da Ordem de Trabalhos – **PROPOSTA DE VALOR DE REDUÇÃO DO IMPOSTO SOBRE IMÓVEIS (IMI) REFERENTE AOS AGREGADOS FAMILIARES COM HABITAÇÃO PRÓPRIA PERMANENTE A APLICAR EM 2026**, à votação. -----

----- Aprovado, **por unanimidade**, a redução de IMI em 30,00€ para os agregados familiares com um dependente, em 70,00€ para os com dois dependentes e em 140,00€ para os com três ou mais dependentes, durante o ano de 2026. -----

----- O Nono Ponto da Ordem de Trabalhos que constava do seguinte: -----

----- **9. – RELATÓRIO DE OBSERVÂNCIA DO DIREITO DE OPOSIÇÃO -**
Conhecimento; -----



----- Foi presente cópia da minuta da Ata da Reunião Extraordinária do Executivo Municipal, realizada no dia 12 de dezembro de 2025, que se dá por integralmente reproduzida no documento nº 16. -----

----- Igualmente foi presente cópia do Relatório de Observância do Direito de Oposição, datada de 9 de Dezembro de 2025, que se dá por integralmente reproduzida no documento nº 17. -----

----- Não havendo mais ninguém a querer intervir, passou-se de imediato ao décimo Ponto da Ordem de Trabalhos constava do seguinte: -----

**-- 10. – GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA O ANO 2026 -
Deliberação; -----**

----- Foi presente cópia da minuta da Ata da Reunião Extraordinária do Executivo Municipal, realizada no dia 12 de dezembro de 2025, que se dá por integralmente reproduzida no documento nº 18. -----

----- Igualmente foi presente cópia do Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano de 2026, que se dá por integralmente reproduzida no documento nº 19. -----

----- De seguida o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, informou que foi dado conhecimento do Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano de 2026 ao Concelho Municipal da Juventude, realizada no dia 23 de dezembro de 2025, tendo tipo parecer favorável. -

----- O membro Senhor Rui Miguel Bogalho Teixeira Xavier, pediu a palavra, para deixar algumas considerações sobre este ponto, nomeadamente no que diz respeito ao Turismo, Cultura e Juventude, onde consta a reabilitação e conservação da Casa Estúdio Carlos Relvas, bem como a aquisição de mobiliário, questionando quais as obras de conservação necessárias neste momento, e que mobiliário, realçando a importância deste monumento icónico no nosso país e muito raro termos europeus e até mundiais. -----

----- O Exmo. Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal usou, de seguida, da palavra para, relativamente à questão colocada, esclarecer que existem intervenções que são sistemáticas e necessárias, nomeadamente pequenas intervenções, como pinturas, decorrentes de algumas infiltrações, substituição de estores, bem como o restauro de algum mobiliário que se encontra no estaleiro e que necessita de um restauro cuidado, esclarecendo ainda que, na eventualidade de



existirem fundos comunitários aos quais o município se possa candidatar, existe a necessidade de dotação na referida rubrica. -----

----- Usou de novo da palavra o membro Rui Miguel Bogalho Teixeira Xavier para colocar questões relacionadas com a programação da Casa Estúdio – Carlos Relvas, nomeadamente exposições, visitas e debates que estejam planeados para o ano de 2026. -----

----- Usou de novo da palavra o Exmo. Senhor Vice-Presidente da Câmara para esclarecer que o Serviço de Cultura e Turismo faz, anualmente, um levantamento de momentos importantes que possam ser interessantes e suscetíveis de dar origem a eventos de relevo no museu, nomeadamente a celebração dos 150 anos de existência da Casa Estúdio Carlos Relvas e do seu funcionamento, nesse sentido, decorrerão ao longo do próximo ano várias ações comemorativas. Esclareceu ainda que foi lançado um desafio a uma equipa de fotógrafos da Universidade Lusófona e MENAC, no sentido de se formar uma comissão científica para acompanhamento destas celebrações, cujo ponto alto será um congresso de fotografia do século XIX, encontrando-se o processo numa fase de consolidação de propostas, com o objetivo de concretizar 150 dias de celebração, incluindo ainda a promoção do evento na Bolsa de Turismo de Lisboa. -----

----- Usou de novo da palavra o membro Rui Miguel Bogalho Teixeira Xavier para colocar questões relacionadas com o Cineteatro Elisa Tavares Bonacho, no âmbito da aposta numa programação cultural diversificada, uma vez que o equipamento se encontra preparado para a realização de espetáculos de teatro, dança, performance e música, questionou se já existe programação definida para o primeiro trimestre ou semestre de 2026. -----

----- De seguida, o Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra para informar que o município está a tentar definir a programação para o primeiro semestre de 2026, no entanto, a capacidade orçamental do município constitui sempre um fator condicionante, dificultando a realização de determinados espetáculos, bem como toda a logística que estes acarretam, nomeadamente no que respeita à afetação de funcionários. -----

----- De seguida, o Exmo. Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal usou da palavra para informar que foi divulgada a agenda do Cineteatro, juntamente com a agenda cultural do município, contendo todos os eventos previstos, e que está disponível também no site oficial da Câmara. Informou ainda sobre uma proposta que será remetida à Câmara, relativa a um protocolo



com a entidade DGArtes, prevendo uma programação específica, permitindo que o Município possa beneficiar de financiamento tanto dessa entidade quanto do Ministério da Cultura. -----

----- Usou de novo da palavra o membro Rui Miguel Bogalho Teixeira Xavier para tecer comentários relativos aos Caminhos de Santiago, abordando questões de segurança e sinalização ao longo dos percursos, assim como a promoção de ofertas locais capazes de atrair o número cada vez maior de caminhantes de diferentes nacionalidades. Referiu ainda a importância da valorização da cultura, gastronomia e paisagem do concelho, sublinhando o contributo destes elementos para o retorno económico da região. -----

----- De seguida, o Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra para agradecer as palavras dirigidas pelo membro à Assembleia Municipal e ao Executivo Municipal, enaltecendo a importância da partilha de ideias e sugestões por parte dos membros, como contributo para a maior promoção do nosso concelho. -----

----- De seguida, o Exmo. Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal usou da palavra para informar que, relativamente aos Caminhos de Santiago, há cerca de dois anos foi criado o projeto S. Peregrino, cujo objetivo é desenvolver material promocional do concelho associado aos caminhos, permitindo que os peregrinos guardem um registo da sua passagem pelo concelho. Referiu ainda que estão previstas melhorias no Parque de Campismo, com vista a um melhor acolhimento dos peregrinos. No que diz respeito ao caminho pedonal dos peregrinos, e por sugestão do membro da Assembleia Municipal José Carlos da Luz, definir, em articulação com a Agrotejo e os agricultores da Estrada Nacional 365, a criação de um novo percurso no troço entre a Broa e a Alverca do Campo do lado da valeta, garantindo as condições de circulação e segurança, uma situação que não depende só do município, mas também dos agricultores. Quanto à promoção do concelho, sendo a Golegã uma etapa final do percurso, destacou-se o elevado número de alojamentos locais, em resposta à crescente procura na região. -----

----- De novo no uso da palavra o membro Rui Miguel Bogalho Teixeira Xavier, referiu que no âmbito do desporto, recreio e lazer, foi referido na campanha do Movimento 2025Por Todos a construção de um pavilhão multiúso, bem como a intenção de, em conjunto com as associações locais, encontrar soluções para a reabilitação do atual pavilhão desportivo municipal. Referindo ainda que os membros da Assembleia eleitos pelo Partido Socialista manifestaram preocupação pelo facto de a requalificação do atual pavilhão desportivo não ser assumida de forma clara como

um verdadeiro objetivo estratégico. Foi referido que o documento em análise apresenta apenas uma intenção genérica de reabilitação, sem calendarização, compromisso financeiro ou definição de prioridades, o que foi considerado insuficiente, e entendem que este que a sua requalificação deve ser encarada como uma prioridade da política municipal, sobretudo no que respeita ao investimento na juventude, na saúde e na coesão social. -----

----- De seguida, o Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra, concordando com a importância da construção de um novo complexo desportivo. Referiu tratar-se de um projeto ambicioso, com intenção de avançar, estando, contudo, dependente da identificação de um espaço com as dimensões adequadas e da obtenção de financiamento. Ainda assim, manifestou confiança por parte do executivo municipal na concretização de uma solução, à semelhança do que ocorreu com o financiamento do picadeiro coberto no Hippos. Relativamente ao pavilhão desportivo existente, foi reconhecido que as atuais instalações se encontram completamente obsoletas, tendo o equipamento cerca de 46 anos. Foi referido que o mesmo deverá ser melhorado e continuar a servir de apoio ao novo pavilhão, após a sua construção, reforçando-se a intenção da concretização deste projeto. Mencionou ainda que já se encontram a decorrer contactos e trabalhos com a Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto, bem como com outras instituições que poderão contribuir para o financiamento, nomeadamente através de fundos na área da Educação. Até à concretização do novo projeto, foi assumido o compromisso de manter as condições necessárias para a utilização do pavilhão existente pelos atletas. -----

----- De novo no uso da palavra o membro Rui Miguel Bogalho Teixeira Xavier, fez referência às delegações de competências das juntas de freguesia a bancada do Partido Socialista analisou com satisfação as respostas recebidas, destacando dois pontos de relevância. O primeiro referiu-se à reabilitação do edifício da antiga Escola da Azinhaga – Edifício PIPA –, onde a Associação PIPA, Programa da Imagem e da Palavra da Azinhaga, desenvolve atividades culturais, como exposições, lançamentos de livros, apresentações de espetáculos e oficinas para jovens. Ressaltou-se o impacto positivo desta associação na promoção cultural da freguesia e do concelho, destacando-se a realização do Festival Literário, organizado em parceria com a Entidade Regional de Turismo do Alentejo e do Ribatejo e a Fundação José Saramago. No evento, a aldeia da Azinhaga sediou 11 iniciativas em três dias, atraindo centenas de visitantes, evidenciando a importância do espaço físico e do trabalho desenvolvido para a valorização do património e da cultura local. -----



----- Destacou ainda um segundo ponto, a colocação de iluminação pública na estrada 365, entre Azinhaga e Mato Miranda, considerada urgente face ao aumento significativo de tráfego e de passageiros na estação de Mato de Miranda, beneficiando principalmente as freguesias da Azinhaga, Pombalinho e Mato Miranda. Salientado que o crescimento do transporte ferroviário, impulsionado por medidas como o Passe Verde e a conclusão de obras de infraestrutura, tem contribuído para a fixação de novos habitantes no concelho, atraídos pela qualidade de vida e acessibilidade. Reconheceu ainda a importância desta intervenção para a segurança e mobilidade, sugerindo, no entanto, a realização de estudos complementares sobre o fluxo de passageiros, em colaboração com a CP, para fundamentar decisões futuras e garantir um acolhimento de qualidade aos residentes. -----

----- Por fim, referiu que a bancada do Partido Socialista, considerou que estas ações reforçam a valorização do património, a promoção cultural e a melhoria das infraestruturas, contribuindo para o desenvolvimento e a atratividade do concelho. -----

----- De seguida, o Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra para agradecer as palavras do membro. -----

----- O membro Senhor Joaquim Grácio Morgado, pediu a palavra, para também deixar algumas considerações sobre este ponto, depois de analisarem o Orçamento e as Grandes Opções do Plano para 2026, a bancada do Movimento 2025Por Todos considerando-os instrumentos fundamentais para a execução das políticas públicas locais e para o cumprimento dos compromissos assumidos com a população do concelho. Do ponto de vista técnico, consideram um documento equilibrado, coerente e em conformidade com as exigências legais, assegurando a articulação entre planeamento estratégico e execução orçamental, bem como a sustentabilidade das finanças municipais. -----

----- Referiu ainda que do ponto de vista político, o orçamento reflete uma gestão responsável, prudente e realista, garantindo a continuidade dos serviços públicos essenciais e a execução de investimentos relevantes, mesmo num contexto marcado por incertezas económicas e aumento generalizado de custos. As Grandes Opções do Plano evidenciam uma estratégia baseada na consolidação do trabalho desenvolvido nos últimos quatro anos, valorizando o espaço público, apoiando a população e reforçando a coesão territorial e social, sem comprometer o rigor financeiro e a estabilidade do município.-----

----- Destacam ainda a aposta na habitação, com mais de 6 milhões de euros destinados à construção de habitações a custos acessíveis e à legalização da habitação social, aproveitando os fundos comunitários disponíveis. A área de saneamento e abastecimento de água recebe investimento superior a 1,8 milhões de euros, abrangendo especialmente as freguesias de Azinhaga e Pombalinho e a requalificação das estações, reforçando a qualidade de vida dos munícipes. -----

----- No que diz respeito à educação afirmam que o executivo mantém a mesma como prioridade, com cerca de 2,2 milhões de euros alocados à consolidação do parque escolar e à melhoria das infraestruturas das escolas de Azinhaga e Pombalinho. Igualmente, mais de 2,2 milhões de euros destinam-se às funções económicas, evidenciando a ambição de afirmar o concelho como um território de excelência para viver e visitar. -----

----- Por fim o membro, concluiu que as opções apresentadas pelo Executivo são adequadas, responsáveis e alinhadas com o programa eleitoral, reafirmando o compromisso com uma governação próxima, responsável e orientada para o desenvolvimento sustentado do concelho. ---

----- Não havendo ninguém a querer intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o Ponto 10 da Ordem de Trabalhos – **GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA O ANO 2026**, à votação. -----

----- Aprovado, **por maioria**, com nove abstenções, sete dos membros da bancada Parlamentar Municipal do Partido Socialista, uma do Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Azinhaga e uma do Senhor Presidente da Junta do Pombalinho. -----

----- O membro Senhor José Maria de Saldanha Veiga Maltez, voltou a pediu a palavra, para apresentar uma declaração de voto, e justificar a abstenção da bancada parlamentar do Partido Socialista se relativamente à proposta orçamental, uma vez que não seria de todo o orçamento que o Partido Socialista defenderia. Contudo, reconhecem que este é o orçamento do Executivo que venceu as eleições e que, nessa medida, assumem a responsabilidade pela sua apresentação e execução. Destacam ainda quatro propostas apresentadas pelo Partido Socialista, que consideravam estruturantes para o desenvolvimento do concelho. Como, a necessidade de um estudo rigoroso das necessidades de intervenção no sistema de saneamento e águas. Que embora tenha sido referido pelo executivo que esse levantamento já tenha sido realizado, o mesmo não foi apresentado aos deputados municipais, de forma a garantir a transparência e conhecimento efetivo das necessidades identificadas. Destacam igualmente a necessidade de alargamento da zona



industrial, acompanhada da melhoria das acessibilidades, nomeadamente na ligação a Nordeste da Zona Industrial de Riachos e a Sudoeste à rotunda do touro, fundamentais para o desenvolvimento económico e a criação de emprego. Referiu ainda uma nota relativamente à proposta do Partido do Socialista em relativamente à implementação de zonas de expansão urbana nas três freguesias, permitindo responder de forma equilibrada às necessidades habitacionais, ao crescimento e ao ordenamento do território. Por último, o membro salientou a continuação de VCE entre a Golegã e o Pombalinho, infraestrutura que a bancada considerava determinante para a mobilidade, segurança rodoviária e coesão territorial. Expressaram ainda a sua preocupação numa possível revisão orçamental com valores tão elevados por concretizar como sucedeu no Orçamento de 2025, em cerca de 12 milhões € que não foram realizados. Referiu ainda que situações desta natureza devem ser evitadas em nome do rigor, do realismo orçamental e da credibilidade da gestão financeira municipal. -----

----- Não havendo mais ninguém a querer intervir, passou-se de imediato ao décimo Ponto da Ordem de Trabalhos constava do seguinte: -----

-- 11 – PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS PARA O ANO DE 2026 - *deliberação*; -----

----- Foi presente cópia da minuta da Ata da Reunião Extraordinária do Executivo Municipal, realizada no dia 12 de dezembro de 2025, que se dá por integralmente reproduzida no documento nº 18. -----

----- Igualmente foi presente cópia da informação registada sob o número 16231, datada de nove de dezembro de dois mil e vinte e cinco, conforme se dá por integralmente reproduzida no documento número 19. -----

----- Não havendo ninguém a quer intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o Ponto 11 da Ordem de Trabalhos – **PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS PARA O ANO DE 2026**, à votação. -----

----- Aprovado, **por unanimidade**. -----

----- Não havendo mais ninguém a querer intervir, passou-se de imediato ao décimo Segundo Ponto da Ordem de Trabalhos constava do seguinte: -----

-- 12 – MAPA DE PESSOAL DO MUNICIPIO DA GOLEGÃ PARA O ANO DE 2026 -
deliberação; -----

----- Foi presente cópia da minuta da Ata da Reunião Extraordinária do Executivo Municipal, realizada no dia 12 de dezembro de 2025, que se dá por integralmente reproduzida no documento nº 20. -----

----- Igualmente foi presente cópia do Mapa de Pessoal, conforme se dá por integralmente reproduzida no documento número 21. -----

----- Não havendo ninguém a quer intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o Ponto 12 da Ordem de Trabalhos – **MAPA DE PESSOAL DO MUNICIPIO DA GOLEGÃ PARA O ANO DE 2026**, à votação. -----

----- Aprovado, **por maioria**, com nove abstenções, sete dos membros da bancada Parlamentar Municipal do Partido Socialista, uma do Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Azinhaga e uma do Senhor Presidente da Junta do Pombalinho. -----

----- Não havendo mais ninguém a querer intervir, passou-se de imediato ao décimo Terceiro Ponto da Ordem de Trabalhos constava do seguinte: -----

-- 13 – 2ª ALTERAÇÃO MODIFICATIVA ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2025 - *deliberação;* -----

----- Foi presente cópia da minuta da Ata da Reunião Extraordinária do Executivo Municipal, realizada no dia 12 de dezembro de 2025, que se dá por integralmente reproduzida no documento nº 22. -----

----- Igualmente foi presente cópia da informação registada sob o número 16226, datada de 9 de dezembro de 2025, conforme se dá por integralmente reproduzida no documento número 23. -----

----- Não havendo ninguém a quer intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o Ponto 13 da Ordem de Trabalhos – **2ª ALTERAÇÃO MODIFICATIVA ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2025**, à votação. ---

----- Aprovado, **por maioria**, com nove abstenções, sete dos membros da bancada Parlamentar Municipal do Partido Socialista, uma do Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Azinhaga e uma do Senhor Presidente da Junta do Pombalinho. -----

----- Não havendo ninguém a querer intervir, passou-se de imediato ao Décimo Quarto Ponto da Ordem de Trabalhos que constava do seguinte: -----

-- **14 – EMPRESA INTERMUNICIPAL TRANSPORTES LEZÍRIA DO TEJO, S.A. – Cumprimento da obrigação de equilíbrio de contas prevista na Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto - deliberação;** -----

----- Foi presente cópia da minuta da Ata da Reunião Extraordinária do Executivo Municipal, realizada no dia 12 de dezembro de 2025, que se dá por integralmente reproduzida no documento nº 24. -----

----- Igualmente foi presente cópia da informação registada sob o número 16649, datada de 16 de dezembro de 2025, conforme se dá por integralmente reproduzida no documento número 24. -----

----- Não havendo ninguém a quer intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o Ponto 14 da Ordem de Trabalhos – **2ª EMPRESA INTERMUNICIPAL TRANSPORTES LEZÍRIA DO TEJO, S.A. – Cumprimento da obrigação de equilíbrio de contas prevista na Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, à votação.** -----

----- Aprovado, **por unanimidade.** -----

----- Esgotada a Ordem de Trabalhos, não havendo público a querer intervir e havendo necessidade de dar execução às deliberações tomadas na Sessão de hoje, foi deliberado, **por unanimidade**, nos termos do nº 3, do artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprovar em minuta os Pontos 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 13, 14 da Ordem de Trabalhos, a fim das respetivas deliberações produzirem efeitos imediatos. -----

----- Quando eram 19 horas e 39 minutos e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu por encerrados os trabalhos que para constar e devidos efeitos se lavrou a presente Ata que depois de aprovada vai ser por si assinada e pela Assistente Técnica, Ângela Marta Gaspar Amaro, que a lavrou. -----

O Presidente da Assembleia Municipal;

Alexandre Gaixinhos Felício

A Assistente Técnica;

Ângela Amaro